



## O vilão, a vítima e o herói

### Passionalidade e argumentação no debate sobre a reforma da previdência

**Matheus Henrique da Silva**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

[orcid.org/0000-0002-1912-5239](https://orcid.org/0000-0002-1912-5239)

**Oriana de Nadai Fulaneti**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

[orcid.org/0000-0001-5959-7292](https://orcid.org/0000-0001-5959-7292)

O presente artigo consiste em uma análise semiótica do debate na CCJ a respeito da PEC da reforma da Previdência em abril de 2019. O objetivo é demonstrar como o conflito é gerado menos por percepções individuais contraditórias de um mesmo objeto do que pelo embate entre esquemas discursivos subjacentes aos discursos, cujo conflito precede os debatedores e o momento do debate. Demonstra-se como o teor passional da discussão é gerado na interação desses esquemas, muito mais do que por artifícios ou provocações pessoais. A teoria utilizada é a Semiótica Discursiva greimasiana; o corpus para análise consiste em dois trechos de discurso: um da deputada Talíria Petrone (PSOL), e outro do deputado Marcel Van Hattem (NOVO). A análise parte de um esquema narrativo subjacente ao discurso, e a partir dele explica os temas e figuras que aparecem em cada um e como esses temas se relacionam de forma conflitiva.

**Palavras-chave:** Semiótica. Argumentação. Polêmica. Reforma da Previdência.

### El villano, la víctima y el héroe: pasionalidad y argumentación en el debate sobre la Reforma Pensional

Este artículo consiste en un análisis semiótico del debate en la CCJ sobre la PEC de la reforma de la Seguridad Social en abril de 2019. El objetivo es demostrar cómo el conflicto se genera menos por percepciones individuales contradictorias sobre un mismo objeto que por el choque entre esquemas discursivos subyacentes a los discursos, cuyo conflicto precede a los polemistas y al momento del debate. Se demuestra cómo el contenido apasionante de la discusión se genera en la interacción de estos esquemas, mucho más que a través de artificios o provocaciones personales. La teoría utilizada es la Semiótica Discursiva Greimasiana; El corpus de análisis está compuesto por dos extractos de discursos: uno de la diputada Talíria Petrone (PSOL) y otro del diputado Marcel Van Hattem (NOVO). El análisis parte de un esquema narrativo que subyace al discurso, y a partir de allí se explican los temas y figuras que aparecen en cada uno y cómo dichos temas se relacionan de forma conflitiva.

**Palabras clave:** Semiótica. Argumentación. Controversia. Reforma de la Seguridad Social.

### Villain, victim and hero: passion and argumentation on the debate on Social Security

This article consists of a semiotic analysis of the debate in the CCJ (Committee of Constitution, Justice and Citizenship) regarding the proposed constitutional amendment (PEC) of the Social Security reform in April 2019. The objective is to demonstrate how the conflict is generated by the clash between discursive schemes underlying the speeches, whose conflict precedes the debaters and even the moment of debate, more than by contradictory individual perceptions of the same object. It demonstrates the passionate content of the discussion is generated in the interaction of these schemes, much more than through stratagem or personal provocations. The theory used is Greimasian Discursive Semiotics, and the corpus for analysis consists of two excerpts of speech: one from deputy Talíria Petrone (PSOL), and the other from deputy Marcel Van Hattem (NOVO). The analysis starts from a narrative scheme underlying the speech, and then it explains the themes and figures that appear in each one and how these themes are related in a conflicting way.

**Keywords:** Semiotics. Argumentation. Controversy. Social Security Reform.

## Introdução

A argumentação pode ser estudada a partir de diversos pontos de vista, e é de conhecimento geral que os estudos a respeito deste tema possuem uma retaguarda histórica milenar já sedimentada remontando à retórica clássica<sup>1</sup> que, em sentido bastante genérico – e sendo “a outra face da dialética” segundo Aristóteles – visa fornecer e compreender os instrumentos necessários para se estabelecer o razoável no confronto de hipóteses, com o objetivo de chegar à melhor expressão e possível resolução de conflitos para deliberação acerca de assuntos públicos.

Em sua *Apologia da Polêmica*, Ruth Amossy (2017) observa que, sobretudo no que diz respeito ao debate público, isto é, às discussões sobre assuntos pertinentes à coletividade, o estudo da argumentação, seguindo uma linha que remonta ao papel da retórica da Grécia Antiga, sempre privilegiou o acordo em detrimento da dissensão. Para haver deliberação sobre um assunto de interesse público, seria necessário chegar a um consenso, a uma minimização do conflito, que é visto, algumas vezes, como uma deficiência, como um problema a ser sanado. No entanto, considerando-se que uma sociedade democrática requer a participação igualitária dos diversos segmentos sociais, e que esses segmentos possuem ideais diversos, o conflito passa a não parecer simplesmente uma deficiência, um mal a ser corrigido e extirpado, mas pelo contrário, revela-se como a própria expressão dessa diversidade que caracteriza (ou ao menos deveria caracterizar) o Estado Democrático.

Além de prejudicial no âmbito da administração pública, essa busca da unificação do debate pode limitar o alcance de quem deseje compreendê-lo sem a ambição de “resolver a polêmica”, de quem deseje estudar seus sentidos sem a ambição de “acabar com a briga”. Essa compreensão e esse estudo seriam consideravelmente enriquecidos em perspectiva por uma teoria que não subjugasse os lados em disputa a um padrão de razoabilidade comum em que se anulariam as divergências, mas sim que se ocupasse da natureza dos elementos opostos que estão presentes em cada um e que de alguma forma os faz colidir, gerando o conflito. Este tem sido um propósito buscado pela Semiótica Greimasiana, que analisa a significação como um processo de produção do sentido em patamares. O semioticista greimasiano, ao estudar o discurso, procura evidenciar esse processo.

É necessário esclarecer desde já que a adoção da abordagem semiótica não implica neste trabalho em um juízo de valor, supondo-se a teoria greimasiana melhor ou pior do que a análise dos mecanismos retóricos ou a análise lógica dos argumentos, inclusive porque, da mesma forma

---

<sup>1</sup> Entende-se “retórica” aqui no sentido que Amossy expõe em sua obra *Apologia da polêmica: A herança da concepção grega na formulação dos problemas pertinentes ao debate público*.

que uma análise lógica assim entendida abstrai o argumento deixando de lado a natureza ideológica do discurso, a semiótica, como veremos, também faz suas escolhas. Sabe-se que o estabelecimento de um objeto de estudo em qualquer disciplina implica sempre na abstração de um determinado aspecto, havendo sempre uma “simplificação” de um modo ou de outro, não sendo possível abarcar todos os aspectos. A própria análise semiótica requererá um recorte do *corpus*, um ponto específico de atrito entre os dois discursos, etc., resultando cada escolha na compreensão de algum ponto específico.

Essa é, pois, a proposta do presente artigo: apresentar na prática as contribuições da Semiótica Discursiva para a análise de uma polêmica. Para isso, será analisado um debate sobre a reforma da Previdência ocorrido em abril de 2019, em que, numa reunião da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) discutiu-se a constitucionalidade da Reforma da Previdência proposta naquele mesmo ano durante o governo Bolsonaro. Será analisado o conflito entre as falas de dois deputados: Marcel Van Hattem, do partido NOVO, e Talíria Petrone, do PSOL. Van Hattem defende a reforma, afirmando que o então sistema previdenciário é insustentável e injusto, deixando as maiores aposentadorias para os mais ricos, e apenas uma pequena fatia para os mais pobres, e Petrone rejeita a proposta, por considerá-la injusta e prejudicial aos mais pobres, pois a economia gerada seria destinada aos bancos, aos ricos, e aprofundaria as desigualdades.

O tema da Reforma da Previdência é de extrema relevância, não só pelas questões referentes à administração pública e ao bem da sociedade, mas, sobretudo neste trabalho, pela amostra significativa do fenômeno citado acima: os aspectos conflitivos que podem ser revelados pela análise semiótica, isto é, pelo estudo dos processos de significação envolvidos em cada um.

O artigo iniciará com uma breve contextualização, seguida de uma apresentação também breve dos argumentos apresentados pelos dois deputados, e, na sequência, a análise do processo de produção do sentido em cada discurso, finalizando com a demonstração de como o conflito se dá mais entre ideologias pré-existentes aos debatedores do que entre percepções individuais supostamente independentes.

## **1 Contextualizando**

Desde a proposta de reforma a longo prazo do Governo de Fernando Henrique Cardoso em 1995, a Previdência Social tem sido um tema bastante controverso no Brasil, voltando periodicamente a ocupar os jornais, os debates políticos e as discussões populares. E não só no Brasil, mas na França, por exemplo, recentemente (2023) ocorreram imensas mobilizações no debate público a respeito da questão previdenciária. Pelo menos desde os anos 90, parece ter

havido um constante conflito entre tendências neoliberais e estatistas, entre o ideal de liberdade econômica para o crescimento empreendedor e a participação do Estado na economia para o benefício dos cidadãos. De modo sucinto, a discussão no Brasil segue mais ou menos o seguinte trajeto: o dinheiro destinado à Previdência Social, como previsto pela Constituição de 1988, junto com o dinheiro da Saúde e da Assistência Social, vinham de um mesmo fundo chamado de Seguridade Social. E dentro da Previdência, havia também dois destinos para o benefício: os aposentados e também os segurados do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os trabalhadores contribuem com uma porcentagem de seu salário para o INSS, e os segurados do BPC podem ser trabalhadores contribuintes ou pessoas que não possuem condições de trabalho (acidentados, deficientes, idosos que trabalharam informalmente, etc.). Em um sistema de Repartição como o do Brasil, a contribuição dos trabalhadores ativos custeia o benefício dos aposentados; o valor foi complementado pelo Tesouro para atender a estes diferentes destinos, e foram sendo criadas posteriormente outras fontes de arrecadação como PIS, Cofins, impostos sobre lucro líquido, etc. Foi criada também a DRU, uma desvinculação de parte da receita da Seguridade para complementar a educação, por exemplo.

Parece ser justamente por possuir várias fontes e diferentes destinos que nas últimas décadas as discussões têm oscilado entre afirmações de déficit e sustentabilidade da Previdência. Veremos que, enquanto alguns dizem que o sistema é sustentável por possuir várias fontes, outros dizem que os vários destinos deixam a Previdência deficitária, e ambos os lados possuem argumentos para defesa e contra argumentação.

Em 2019, não tendo sido realizada a reforma da Previdência proposta no governo do presidente interino Michel Temer entre 2016-2017, uma nova proposta foi apresentada no governo Bolsonaro (2018-2022), mais ou menos semelhante à de M. Temer, no sentido de aumento progressivo do tempo de trabalho e de contribuição necessários para a aposentadoria. A Proposta de Emenda Constitucional foi direcionada ao Legislativo no fim de 2018, e depois de calorosos debates em duas sessões na Câmara e no Senado, foi aprovada em 12 de dezembro de 2019 com algumas alterações no texto.<sup>2</sup>

O objetivo deste trabalho, *of course*, não é uma análise dialética do debate, visando uma tomada de posição; não é dizer se a previdência é deficitária, se é sustentável, e nem ainda estabelecer uma opinião intermediária que extraia uma parcela de razão de cada um dos lados e se coloque numa posição de equilíbrio imparcial. O objetivo deste trabalho é, como já dito no início, a demonstração de como no debate público o estopim do conflito é menos a racionalidade ou irracionalidade das proposições do que o atrito entre ideologias que subjazem aos discursos.

---

<sup>2</sup> Informações a respeito das alterações previdenciárias da reforma em: <https://bit.ly/3SrKBtE>.

## 2 Pressupostos teórico-metodológicos

A proposta deste trabalho é uma análise semiótica; para isto, a Semiótica Discursiva será a ferramenta que nos permitirá compreender de que forma se constituem os sentidos nos discursos analisados. A Semiótica Discursiva Francesa, ou Semiótica Greimasiana, é uma teoria para análise de discursos de gêneros diversos, caracterizada pelo estudo da significação mediante um processo que vai desde um nível mais abstrato e imanente a um nível mais concreto e aparente na manifestação discursiva, de modo que esta surge como resultado das etapas desse esquema gerativo.

Há, primeiramente, um nível fundamental, constituído por oposições semânticas de base que, no nível posterior, o nível narrativo, tomarão a forma de actantes sujeitos e actantes objetos; os actantes objetos estão investidos de valores que são buscados ou evitados por actantes sujeitos, o que forma toda uma rede de relações entre os actantes sujeitos e objetos. Este nível narrativo é composto por enunciados elementares que determinarão, ainda que de modo genérico e abstrato, “o que está em jogo”, isto é: o que os sujeitos buscam ou evitam. Temos então “programas narrativos” em que acontecem os processos de manipulação: um sujeito, agora na qualidade actancial de manipulador-destinador, propõe a outro, na qualidade de manipulado-destinatário (por intimidação, sedução, tentação ou provocação), que lhe dê determinados objetos (e fique privado deles), ou lhe tire determinados objetos (e fique com eles), objetos estes que, investidos de valor desejável ou repulsivo, vão formando o esboço de uma trama que dará sentido à superfície do discurso. Essa transformação do estado de disjunção ou conjunção é realizada por sujeitos que precisam estar aptos para tal tarefa, isto é, precisam estar em conjunção com valores modais (querer, poder, saber, por exemplo). É necessário, portanto, que adquiram esta competência, seja por doação ou conquista própria, para que assim possam realizar a performance e receber a sanção. Essa trama pode estar mais ou menos explícita, mas a Semiótica demonstrou que, de fato, todo discurso necessita de um esquema narrativo subjacente que o embasa.

Os papéis de destinador e destinatário, vistos acima como preenchidos com elementos internos do esquema narrativo, da ‘história contada’, também podem ser vistos em uma perspectiva mais abrangente: tendo o texto-discurso como objeto investido de determinados valores, o enunciador do texto-discurso vem a ser o destinador e o enunciatário, o destinatário. Temos então um macroesquema narrativo que proporciona um ponto de vista privilegiado para entender a gênese da argumentação mediante o processo gerativo, pois, enquanto destinador, o enunciador poderá utilizar daqueles meios de manipulação mencionados acima - ou mesmo outros já observados por Diana Barros, como a manipulação cognitiva, etc. (Barros, 1988).

Na passagem para o nível discursivo, o esquema narrativo é enunciado, o que lhe coloca numa situação de tempo (quando), de espaço (onde), e de pessoa (quem). As categorias de tempo, lugar e pessoa podem causar desde o efeito de afastamento do enunciador (3ª pessoa, lugar “lá”, tempo passado ou futuro) ao efeito de aproximação (1ª pessoa, tempo presente, lugar “aqui”). Aqueles enunciados elementares são revestidos por percursos temáticos – formulações abstratas dos valores no discurso; na análise, por exemplo, a privação do povo de seu objeto “previdência”, é revestida do tema “exploração dos mais pobres pelos mais ricos”. É possível que um mesmo valor do nível narrativo dê origem a mais de um desenvolvimento no discurso, a mais de um percurso temático. Esses percursos temáticos podem, por sua vez, ser revestidos de figuras que os condensam em objetos mais concretos: uma pessoa, uma casa, um carro, uma quantia específica de dinheiro da qual se fala, etc.. Os discursos podem ser predominantemente figurativos ou temáticos, dependendo do seu revestimento semântico: podemos encontrar discursos que dissertam sobre determinados assuntos de forma mais genérica e abstrata, e outros em que predominam os seres e objetos concretos: pessoas, lugares, etc. (para tratar da exploração, por exemplo, poderíamos contar a história de um trabalhador fulano que trabalhava tantas horas por dia e recebia o valor X). É natural que, ao menos frequentemente, esses temas e figuras não sejam produtos da criatividade individual, mas caracteres do discurso de determinadas ideologias e suas relações e conflitos. Cada ideologia, isto é, cada corpo de ideias ligado a um determinado segmento político-social<sup>3</sup>, possui um conjunto de temas e figuras recorrentes que permitem a sua identificação.

Para o objetivo do presente trabalho, as etapas do esquema narrativo que interessam particularmente são os programas narrativos e seus revestimentos temáticos e figurativos, incluindo também a estratégia argumentativa do enunciador. Iniciaremos, portanto, pela elaboração de um esquema narrativo abstrato que represente os valores em jogo em cada discurso, revestindo-os depois dos percursos temáticos e das figuras correspondentes e observando a estratégia de argumentação de ambos.

### 3 O corpus

Como já mencionado brevemente na introdução, o *corpus* para análise consiste em dois discursos proferidos numa sessão da CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), realizada para se discutir a constitucionalidade da PEC da reforma da Previdência em 2019. Os discursos são do deputado Marcel Van Hattem, do Partido NOVO, e da deputada Talíria Petrone,

---

<sup>3</sup> O conceito de Ideologia, por ter diversas significações, foi aí explicitado com base numa definição apresentada por Terry Eagleton (1997): corpo de ideias ligado a um determinado segmento político-social.

do PSOL. Apesar de o debate ter acontecido em uma sessão e de existir a gravação do mesmo, nossa análise recairá apenas sobre a linguagem verbal.

Van Hattem defende a redução da interferência estatal na economia, com o objetivo de dar liberdade à iniciativa privada da população. A interferência estatal, para ele, é fonte de atraso e ineficiência. Seus posicionamentos remetem geralmente a autores liberais da Escola Austríaca como Friedrich Hayek e Friedrich Von Mises. Talíria Petrone, inversamente, defende ideais contrários aos de Hattem: para o PSOL, a redução da interferência estatal tem sido uma forma de retirar direitos conquistados pela população, agravando o problema da pobreza e da exploração. Para a defesa deste ponto de vista, geralmente são citados economistas como Keynes e a brasileira Denise Gentil (2006), cuja tese de doutorado foi mais de uma vez citada por opositores da reforma.

O debate ocorreu em abril de 2019<sup>4</sup>, e o resultado foi a aprovação da PEC com 48 votos a favor e 18 contrários<sup>5</sup>. O texto foi aprovado com quatro alterações, e a maior parte das críticas se deu pela alegação de falta de clareza dos efeitos possíveis e desejados. Há diversos momentos em que ambos falam durante a sessão, mas os trechos escolhidos permitem uma síntese das considerações apresentadas por cada um. As demais falas são apenas retificações do que está aí colocado.

Talíria Petrone (PSOL):

Essa reforma não só é inconstitucional (e por inteiro, não só partes dela, senhores deputados) como é também imoral, como é vergonhosa! Ela é, no seu espírito, um ataque a cada trabalhador sofrido deste Brasil tão desigual, um país com proporções continentais e desigualdades raciais, de gênero, regionais, que os senhores estão ignorando e aprofundando com essa reforma. Os senhores estão rasgando a Constituição, Constituição esta construída num Brasil com uma democracia ainda tão frágil; foram anos de ditadura que os senhores têm saudade! Anos de escravidão que os senhores querem permanecer, impedindo o trabalhador favelado e preto de se aposentar, e matando de todo jeito, seja negando o direito, seja com bala de fuzil! Rasgando a Constituição! Porque, primeiro, o sistema de capitalização que os senhores propõem – mas jogam lá para a Lei Complementar – não explica de onde vem o custo de transição para o sistema de capitalização; desrespeitam um princípio que funda a nossa Carta Magna, desrespeita o princípio da solidariedade. E não há, senhores e senhoras deputadas, mas em especial quem tá assistindo a gente, quem está vendo essa vergonha que está acontecendo aqui dentro. Sem solidariedade, nenhuma sociedade tem de fato Previdência, porque é em si a violação da dignidade humana já tão ignorada pela maioria dos senhores. Um Brasil marcado por tanta desigualdade... assumam que querem repassar quase 400 bi pros bancos; tenham coragem de manter suas distinções e dizer pra quem serve essa reforma, esse desmonte. Os senhores querem é transformar em algo básico e não complementar o que é capitalização. [...]

<sup>4</sup> Debate completo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=mob3H-vrQbE&t=23738s>

Discurso de Petrone em 3:04:00 e o de Van Hattem em 2:55:00.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/556039-ccj-aprova-parecer-que-considera-constitucional-a-reforma-da-previdencia/>

Os senhores mentem! Mentem quando falam que essa reforma é pra combater privilegiados, mentem! Mentem quando dizem que vai ter crescimento econômico; mentem porque 83% da tal economia de recursos das quais os senhores querem tirar o dinheiro é dos trabalhadores do Regime Geral, dos trabalhadores rurais, do BPC! Quem são os privilegiados na opinião dos senhores; que matemática é essa?<sup>6</sup>

Marcel Van Hattem:

Estamos aqui discutindo a constitucionalidade da PEC da reforma da Previdência. E a constituição da República Federativa do Brasil, que já é conhecida como a segunda maior do mundo, e que, aliás, foi ampliada em 44% com as emendas já feitas desde 1988, é pródiga em direitos, mas carece de deveres. Isso é voz corrente. Mas é importante também lembrar que muitos dos direitos que são defendidos por aqueles que falam que estão do lado dos mais pobres, na verdade, são privilégios para os mais ricos. E eu vou tentar demonstrar isso por meio das estimativas da secretaria da política econômica, quando dividiu a população brasileira em cinco quintis, ou seja, dividiu 100% da sociedade brasileira em cinco quintis de 20% cada um, para mostrar para onde foram os gastos da Previdência. [...] Este é o sistema desigual que nós estamos enfrentando aqui neste parlamento. Tem que mudar! Não é possível continuar desse jeito! E aqueles que dizem que defendem os mais pobres continuar a defender um sistema que gasta mais com previdência três vezes o que se gasta com Saúde e Educação! Que gasta com os mais ricos quarenta e um por cento, e com os mais pobres, três por cento. Tem que mudar! Quem não defende está fazendo a defesa dos mais ricos e deixando os mais pobres a continuar com os míseros três reais que hoje recebem da previdência atual. Não tem outra saída e é por isso que queremos votar o quanto antes na reforma da Previdência.<sup>7</sup>

## 4 O embate dos discursos

### 4.1 Considerações preliminares

A deputada do PSOL rejeita a proposta na íntegra por considerá-la injusta, inconstitucional e prejudicial aos pobres. Van Hattem defende a proposta e considera que injusto é o sistema atual. No entanto, em seu discurso, a deputada não afirma que o atual sistema seja justo, pelo contrário, ela diz que há um histórico de desigualdade que dura até o presente (“este Brasil tão desigual!” diz ela na 4ª linha), e Van Hattem, por sua vez, apresenta argumentos que sustentam a tese da injustiça do atual sistema: “*um sistema que gasta mais com previdência três vezes o que se gasta com Saúde e Educação! Que gasta com os mais ricos quarenta e um por cento*”. Estes argumentos sustentam menos a proposta específica em discussão do que um conceito genérico de reforma, de mudança (“tem que mudar”, diz ele na 15ª linha). Portanto, a contradição entre as teses e argumentos apresentados parece não estar no nível lógico proposicional: a prova de que o atual sistema é injusto pode levar à conclusão de que ele deve mudar para melhor, mas não leva à conclusão de que especificamente aquela PEC seja a melhor entre outras (talvez por

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mob3H-vrQbE&t=23738s>Acesso em: 15 jun. 2022.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mob3H-vrQbE&t=23738s>Acesso em: 15 jun. 2022

isso a insistência de Hattem seja na rejeição do sistema atual e não na demonstração de que aquela PEC traria a igualdade); por outro lado, a negação desta proposta de reforma, e sua caracterização como injusta e prejudicial, não leva de modo algum à conclusão de que o atual sistema deva permanecer ou muito menos de que seja justo e igualitário.

Haveria realmente uma contradição lógica entre as teses apresentadas se, por exemplo, Petrone afirmasse que o sistema é justo, e Hattem afirmasse que é injusto (sistema justo x sistema injusto), ou se Hattem apresentasse argumentos a favor daquela PEC em questão, e Petrone apresentasse argumentos contra (por ex.: A PEC é justa x a PEC é injusta) – e ela de fato apresenta argumentos contra: “83% da tal economia de recursos das quais os senhores querem tirar o dinheiro é dos trabalhadores do Regime Geral, dos trabalhadores rurais, do BPC”. Mas não encontramos os contra-argumentos correspondentes no discurso de Van Hattem, isto é, proposições que levassem a crer que aquela PEC não é injusta.

Este desencontro proposital ou involuntário de argumentos, fugindo à lógica, poderia ser estudado como uma das várias espécies de sofisma. Arthur Schopenhauer possui notável trabalho a respeito, em que desenvolve a sua “dialética erística”<sup>8</sup>, pressupondo que estes desvios, sendo mais comuns do que se imagina, podem ser sistematizados e catalogados para estudo. Por essa perspectiva, poderíamos dizer que Van Hattem incorre num “desvio”, que é o estratagema de número 29 na classificação de Schopenhauer: ao invés de argumentar em favor da sua tese, o contendor desvia a argumentação para outro ponto, e, bem-sucedida a argumentação, deseja que se acredite que foi provada a tese inicial (Hattem, como vimos, apresenta dados que mostram desigualdade na previdência, o que leva à conclusão de que o sistema “tem que mudar”. Partindo desta constatação, ele espera que se considere justa aquela PEC em votação).

Deveríamos considerar que isso se trata de uma anormalidade no debate, pressupondo-se que seja uma “trapaça”, uma transgressão da regra num debate no qual normalmente se espera a racionalidade imparcial, a rigidez de raciocínio? Schopenhauer aparentemente não via essa “transgressão” como uma exceção à regra geral, mas defendia exatamente o contrário:

Donde provém isso? Da perversidade natural do Gênero humano. Se esta não existisse, se no nosso fundo fôssemos honestos, em todo debate tentaríamos fazer a verdade aparecer, sem preocuparmo-nos com que ela estivesse conforme à opinião que sustentávamos no começo ou com a do outro; isto seria indiferente ou, em todo caso, de importância muito secundária. No entanto, é isto que se torna o principal. (Schopenhauer, 1997 ou 2017, p. 96)

---

<sup>8</sup> Há duas edições em circulação no Brasil:

SCHOPENHAUER, Arthur. **Como vencer um debate sem precisar ter razão**: em 38 estratagemas (Dialética erística); Tradução: Daniela Caldas e Olavo de Carvalho. Introdução, notas e comentários por Olavo de Carvalho. Rio de Janeiro, Topbooks; 1997.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de ter razão**. Tradução: Milton Camargo Mota. São Paulo; Editora Vozes, 2017.

Como se pode observar, Schopenhauer considera a transgressão da lógica como natural ao desejo humano de estarmos corretos, de não sermos contrariados, mas ele analisa a questão sob um critério moral: para ele, trata-se de uma “perversidade natural” do ser humano. Mas do ponto de vista da Semiótica, como veremos, é outra nuance que nos aparece. Sabemos que os argumentos se constroem pela linguagem, e as proposições que acabamos de observar de um ponto de vista lógico não chegam até nós senão na forma de exclamações, de expressões verbais descontínuas que pressupõem uma relação de valores conhecida pelos circunstantes, uma narrativa subentendida em que determinados valores estão em jogo. Veremos que, do ponto de vista semiótico, “truques” como esses não são julgados quanto à “perversidade” ou “honestidade”, mas como manifestações exteriores possíveis de narrativas subjacentes: é como se cada um estivesse contando versões antagônicas de uma mesma história. A maneira como este esquema narrativo se projeta em expressões exteriores, em argumentos, varia bastante conforme o contexto, e as pessoas, mas o fato é que sempre podemos fazer este caminho entre este esquema narrativo subjacente e o discurso manifesto, entendendo como este é gerado.

#### **4.2 Discurso de Marcel Van Hatten (favorável à Reforma da Previdência)**

O actante sujeito, revestido por “Governo/ricos” está em conjunção com dois actantes objetos: o “dinheiro”, investido do valor “riqueza” e a “Nova Previdência” investida dos valores “renovação” e “igualdade”. O Governo propõe um contrato em que dará ao povo a “nova previdência”, colocando o povo em conjunção com valor desejável: “igualdade, abundância”. Este é um valor modal, pois quando o povo entrar em conjunção com esta “nova previdência” estará apto a entrar em conjunção com o “dinheiro” que por ora é do governo. O Antissujeito “oposição”, desejando o mesmo objeto que o povo – isto é, o dinheiro – busca tirar do governo a nova previdência, a oportunidade que o povo teria de se realizar, privando-o da competência de entrar em conjunção com o dinheiro.

#### **4.3 Discurso de Talíria Petrone (contra a reforma da previdência)**

O actante sujeito, revestido por “Governo/ricos” está em conjunção com dois actantes objetos: o “dinheiro”, investido do valor “riqueza, opulência” e a “nova previdência”, investida do valor “escassez”. O “governo” propõe um contrato ao povo: se este receber a “nova previdência” com o valor modal de “desigualdade, escassez”, ele estará apto a entrar em conjunção com o “dinheiro”. A manipulação se dá por tentação: o dinheiro tem o valor desejável de riqueza. No entanto, há uma mentira, um ardil por parte do actante revestido pelo governo, pois a nova previdência, investida de escassez, impossibilitará o povo de entrar em contato com

o dinheiro prometido. O actante sujeito “oposição” busca tirar do governo a “nova previdência”, para evitar que o povo entre em conjunção com essa escassez.

Temos então os mesmos objetos investidos de valores opostos:

**Talíria Petrone**

Nova Previdência (desigualdade e escassez).

Dinheiro (opulência, riqueza).

**Marcel Van Hattem**

Nova previdência (renovação e igualdade).

Dinheiro (opulência, riqueza).

Diferentemente do desencontro de golpes que vimos no nível proposicional, na estrutura narrativa subjacente há de fato um ponto de colisão: temos os mesmos objetos investidos dos valores opostos.

No discurso de Talíria Petrone, o programa narrativo de manipulação do povo por parte do governo para tirar deles a previdência (com valor de “sustento”) se reveste do percurso temático da perda de direitos, do espólio dos pobres pelos ricos, situação em que uma elite deseja privar o povo do seu sustento. Este mesmo programa narrativo gera também um outro percurso temático: o do assassinato dos pobres pelos ricos, eliminação das classes indesejadas: impedindo o trabalhador favelado e preto de se aposentar, e “matando de todo jeito, seja negando o direito, seja com bala de fuzil!”. A perda, a disjunção do sustento, simultaneamente à conjunção com a nova reforma, reveste-se tanto do tema do espólio, figurativizado nos quatrocentos bilhões da previdência que serão dados aos bancos, quanto da morte, que neste caso reveste-se da figura do *fuzil*, direcionando a interpretação do ouvinte para algo mais que o espólio econômico: a morte violenta, o extermínio.

A figurativização, portanto, parece incidir muito mais sobre o programa narrativo que tem o “governo”, o adversário, como manipulador que propõe a exploração do que sobre aquele em que a “oposição” se torna um manipulador que deseja livrar o povo da nova previdência. A caracterização do ator “governo” como “mentirosos” ilustra bem essa ênfase na caracterização passional do adversário.

No discurso de Marcel Van Hatten, o programa narrativo de manipulação em que o governo deseja colocar o povo em conjunção com a nova previdência e em disjunção com a atual previdência é revestido do tema “liberdade econômica, modernização”, e o programa narrativo em que a oposição deseja impedir o processo é revestido do tema “obsolescência, atraso” e “exploração dos pobres pelos ricos”; situação em que uma elite deseja manter o povo na pobreza, privando-o do bem da igualdade. Esse tema é figurativizado quando Van Hattem divide a população brasileira em cinco partes, e diz a porcentagem de dinheiro da Previdência que fica para cada uma das partes; é figurativizado quando cita o tamanho da constituição brasileira, dando-lhe inclusive caracteres como “pródiga” – havendo aí uma reação à tese de que a reforma

é inconstitucional (Talíria Petrone diz que a reforma é inconstitucional, portanto ilegal, e ele reage revestindo a atual Constituição de valor negativo, como sendo um oposto da inovação, dos valores positivos da Nova Previdência). Visualmente, essa figurativização fica ainda mais evidente quando o deputado apresenta algumas canecas em que vai dividindo uma quantia em dinheiro. No fim, a última caneca fica com a menor quantia, algumas moedas, o que mostra como o atual sistema previdenciário é obsoleto e injusto com os mais pobres: “deixando os mais pobres a continuar com os míseros três reais que hoje recebem da previdência atual”.

A figurativização parece incidir mais sobre o programa narrativo correspondente ao tema da obsolescência e exploração por parte do antissujeito do que ao processo de manipulação por parte do governo para propor a nova previdência. Ou seja, é mais figurativa a caracterização do adversário do que a própria.

Comparando os dois discursos, podemos observar que em ambos a figurativização parece concentrar-se sobre o programa narrativo que tem o adversário como destinador, como manipulador. O programa narrativo em que o papel de destinador é assumido pelo enunciador do discurso, e o de destinatário pelo enunciatário, parece permanecer predominantemente temático, abstrato, genérico. Deixar a própria imagem mais abstrata, criando um plano de contraste para que um inimigo concreto e nítido apareça diante do enunciatário parece ser a estratégia de argumentação aqui usada, e uma potente estratégia neste caso, considerando o nível de passionalidade que ambos provocam um no outro. Vejamos uma representação das relações entre temas dos dois discursos:

<b>Talíria Petrone</b>	<b>Marcel Van Hattem</b>
Perda de direitos	Renovação, atualização
Permanência dos direitos	Obsolescência

A partir desse processo de engendramento dos discursos, podemos observar que o choque entre ambos está não na atribuição de valores opostos aos mesmos objetos extralinguísticos, como requereria uma análise lógica que verifica a adequação da sentença ao referente. A partir do nível narrativo, o que se percebe é muito mais a projeção da imagem do adversário dentro de um enredo conflitivo do que uma representação neutra de um objeto independente de ambos. Por outro lado, essa imagem do adversário não parece constituir um *ad hominem*, uma investida contra a sua pessoa; não parece haver sequer a projeção dessa individualidade na tematização e figurativização. O inimigo não aparece como uma pessoa de carne e osso; não é Van Hatten ou Petrone, mas sempre uma coletividade, uma classe, o *governo*, a *oposição*. A estratégia de manipulação por parte dos enunciadores parece ser a tentação: oferecem o livramento do adversário perverso. Um se propõe a livrá-los do governo que quer tomar-lhes a previdência;

outro se propõe a livrá-los da oposição que deseja a sua permanência no atraso, na obsolescência.

### **Considerações finais**

Considerando o debate a partir do percurso gerativo dos discursos que lhe constituem, podemos perceber nuances do conflito que não apareciam senão intuitivamente. Um ouvinte ou leitor minimamente informado sobre os deputados, os seus respectivos partidos e a situação deste debate acirrado na CCJ saberia – mesmo sem fazer a análise greimasiana – que as chances de concordância com uma PEC de Reforma da Previdência vinda do governo eram praticamente inexistentes. Este ouvinte ou leitor talvez não percebesse de imediato os estratagemas e sofismas utilizados no decorrer da discussão, mas saberia da quase impossibilidade de uma PEC de teor Neoliberal ter a concordância de Talíria Petrone (ou vice-versa: de Marcel Van Hatten concordar com Talíria). No entanto, esta mesma percepção, como dito há pouco, é intuitiva. Entendemos o caráter conflitivo destes discursos da mesma forma que sentimos o caráter cômico de uma piada, e rimos, ou como quando sentimos as tensões em um filme de suspense, e redobramos a atenção. A Semiótica, no presente trabalho, ofereceu ferramentas teóricas que permitiram descrever esse processo conflitivo de modo mais objetivo, com um método.

Para Mônica Rector (1978, p. 123), este é um dos pontos que têm atraído a atenção de estudiosos brasileiros da linguagem para a proposta de Greimas: “era palpável, no sentido de não se tratar apenas de uma teoria, mas de um modelo de análise prática do discurso”. Ou seja, para Rector, a contribuição da semiótica foi menos o acúmulo de afirmações genéricas sobre a natureza de seu objeto de estudo do que o procedimento prático de análise deste objeto. Mais recentemente, em 2020, a afirmação foi endossada pela professora Diana Barros<sup>9</sup>, uma das introdutoras da teoria no Brasil, em diálogo numa live com José Luiz Fernandes da Universidade de Buenos Aires sobre os “caminhos da Semiótica na América Latina”.

A análise do percurso gerativo nos permite observar também que não são os argumentos ou truques erísticos que geram o embate, apesar de estes poderem intensificar as paixões dos envolvidos. A percepção de um truque pode irritar o adversário, e um contra-argumento consistente pode desconcertá-lo emocionalmente, mas tudo isso perderia o sentido, reduzindo-se a provocações pessoais<sup>10</sup>, se a polêmica não tivesse uma estrutura discursiva já montada, se

---

<sup>9</sup> **Caminhos da Semiótica no Brasil e na América Latina.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q-7Mwrl0ess&t=1833s>, acesso em 15 jun. 2022.

<sup>10</sup> Isso não significa que insultos ou provocações pessoais não possuam também esquemas narrativos subjacentes. Pelo contrário, as várias formas de insulto ou provocação também representam choques entre segmentos sociais e necessariamente constituem discursos, anedotas, apelidos correntes, etc.. O que acontece na polêmica em questão é que o estopim do conflito não é a pessoa de cada deputado, mas os temas em si, tratando-se de um debate público.

não trouxesse consigo o embate de esquemas narrativos prévios. A veemência do discurso, portanto, não é gerada na relação imediata entre os signos e os objetos presentes aos contenedores, mas pelo embate entre dois esquemas narrativos que parecem não se admitir mutuamente. A polêmica na CCJ não estava sendo gerada entre indivíduos, mas entre ideologias, entre discursos que os precedem. Como podemos observar, a análise semiótica tornou possível uma descrição desses pontos que ficariam como percepções intuitivas, mas que podem sim ser expressos com uma metalinguagem e um método próprio.

## Referências

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2017.

ARISTÓTELES. **Organon**. Tradução, textos adicionais e notas: Edson Bini. 3.ed. São Paulo: Edipro, 2016.

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. Tradução: Rosalice Botelho et al. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do Discurso: Fundamentos semióticos**. São Paulo: Atual, 1988.

EAGLETON, TERRY. **Ideologia**. Uma introdução. Tradução: Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora Boitempo, 1997.

GENTIL, Denise Lobato. **A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira** – Análise financeira do período 1990–2005. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica Estrutural**. Tradução: Haqira Osakabe; São Paulo: Cultrix, 1973.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Sobre o Sentido II: ensaios semióticos**. Tradução: Dilson Ferreira da Cruz São Paulo: EDUSP, 2014.

PINHEIRO, Vinícius Carvalho. Reforma da Previdência: uma perspectiva comparada. In: URANI, André; GIAMBIAGI, Fábio; REIS, José Guilherme. **Reformas no Brasil: balanço e agenda**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004, p. 259-288.

RECTOR, Mônica. **Para ler Greimas**. Editora Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1978.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Como vencer um debate sem precisar ter razão: em 38 estratégias: (dialética erística)**. Tradução: Daniela Caldas e Olavo de Carvalho. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.